

Brasil pede a credores cláusula da accidentalidade

BRASÍLIA — O Brasil irá pedir aos banqueiros internacionais a inclusão de uma cláusula de accidentalidade no acordo sobre a dívida externa, cuja negociação terá início no dia 10 de janeiro do próximo ano. Essa cláusula prevê o financiamento de parte das despesas com juros da dívida, no caso de queda das receitas com exportações.

O que o Brasil está querendo é obter o mesmo tratamento dispensado pelos credores ao México, na renegociação da dívida externa, o que garantiu a entrada de novos empréstimos no País, mesmo com a queda nos preços internacionais do petróleo. A decisão brasileira de lutar por essa cláusula de accidentalidade foi revelada ontem por fonte do Palácio do Planalto.

O objetivo do Governo será garantir o ingresso de algum tipo de di-

nheiro novo, com recursos da ordem de US\$ 6 milhões, para compensar a redução do superávit na balança comercial, que deverá fechar 87 com um saldo em torno de Us 17 bilhões.

Ao mesmo tempo, o País estará empenhado em recompor suas reservas, que estão hoje ao nível de US\$ 5 bilhões, de acordo com estimativas mais otimistas e US\$ 3,5 blhões, segundo outras análises. Desta maneira, somente um acerto mais favorável permitirá ao Brasil continuar pagando regularmente o serviço da dívida e importar os insumos necessários à manutenção do crescimento interno.

A partir do próximo dia 10 de janeiro, o Presidente do Banco Central, Fernando Bracher, e o Diretor do BC para a área externa, Antônio de

Pádua Seixas, deverão iniciar os contatos com os banqueiros internacionais credores do Brasil. As negociações irão abranger os saldos com vencimentos até o ano de 1990, re- vendo o acordo já feito anteriormente, envolvendo os compromissos vencidos em 85 e 86.

A renegociação desses saldos visam obter menores **spreads** que a taxa de 1,125 conseguida na negociação anterior, e maiores prazos de pagamento. O principal trunfo que os representantes brasileiros levarão para discutir com os credores é o resultado da política econômica que vem sendo desenvolvida. O Brasil argumentará que conseguiu conter a inflação e promover o crescimento da economia ao mesmo tempo, e que para continuar este programa, o País vai precisar diminuir suas remessas dedívisas para o exterior.